

A QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ E AS RELAÇÕES CAMPO CIDADE

TIAGO ARCANJO ORBEN¹

Introdução

Este trabalho procura problematizar o aspecto agrário na região Sudoeste do Paraná. Para essa análise me proponho pensar as relações de sociabilidades a partir do rural e urbano ou do campo e da cidade, questionando as variadas relações estabelecidas nesta região com estes horizontes de entendimento. As fontes utilizadas no trabalho são orais, a partir do protagonismo de sujeitos, camponeses ou ex-camponeses. Com isso, questiono quais vínculos de pertencimento tem com o campo, “se sim” o que os faz permanecer na terra e “se não” o que os levou a abandonar o meio rural. Assim, a delimitação pode ser resumida ao Sudoeste do Estado do Paraná, com referência aos municípios onde ocorreu o litígio da terra no conflito social de 1957, o qual teria caracterizado a pequena propriedade neste espaço geográfico.

Porém, neste artigo os depoimentos apresentados remetem somente ao município de Verê, apesar de que, em meu Projeto de Doutorado em História procuro pensar essas relações de uma forma ampla em toda a região.

A Revolta dos colonos de 1957² ocorrida no Sudoeste do Paraná é um levante popular, em que colonos, reconhecidos enquanto posseiros conquistam suas propriedades. O movimento de 1957 envolveu colonos e companhias colonizadoras, em especial a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, CITLA, além de suas subsidiárias Apucarana e Comercial. Essas empresas se diziam detentoras das terras ocupadas pelos colonos e desta forma, efetuavam a cobrança das mesmas pela segunda vez, haja visto, que os colonos já haviam pago pela fração de terra quando chegaram a região. Este contexto conduz os colonos a uma organização em governos populares, que atinge seu auge nos dias 09, 10, 11 e 12 de outubro de 1957, nos

¹ Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Bolsista Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins. Email: tiagoarben@gmail.com

² Este movimento social possui um denso material historiográfico e entre os mais significativos estão os seguintes trabalhos: AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá/PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009. GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

conglomerados mais importantes na época, Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema e Santo Antonio do Sudoeste. (GOMES, 1986).

Após os levantes – com a ocupação destas cidades pelos colonos – as companhias são obrigadas a se retirar e os colonos conseguem a legalização da terra a partir da década de 1960 com a criação do GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, o qual encerra suas atividades na década de 70 após ceder o título da terra aos colonos. (GOMES, 1986).

Com isso, o recorte do trabalho remonta não apenas a história do tempo presente com os depoimentos orais, mas de uma forma ampla todo o processamento desta memória a partir do vivido e da reinterpretação no presente. Nesse aspecto destaco as relações campo cidade e o quanto as transformações econômicas e sociais refletem no abandono do campo em direção a alguns centros urbanos. Considerações vistas não apenas em relação ao recorte aqui estabelecido, mas também, observando essas dinâmicas do Brasil de um modo geral. Neste ponto, insiro experiências de indivíduos junto ao aspecto agrário, as variadas relações estabelecidas com a terra e o quanto isso se modifica com as transformações sociais e culturais, assim, proponho aos sujeitos o protagonismo de suas ações ligadas a terra, percebendo as relações de abandono ou permanência no campo e o quanto a pequena propriedade ou a agricultura familiar contribuiu para isso.

Outro aspecto que procuro questionar são as relações de poder que se impõem aos colonos. Muitos destes que conquistaram a terra no movimento social de 1957 são levados a vender. Ou seja, a fração de terra conquistada por meio de um movimento social precisa ser vendida para atender os interesses econômicos e sociais do colono, interesses esses que, a contrariar seu desejo – de permanecer no campo – fogem do seu controle e atendem a demanda de globalização e modernização da agricultura. Processo qual, impõe novas relações de força e poder ao pequeno agricultor.

Assim, o trabalho sustenta questionamentos essencialmente aos sujeitos deste processo, no presente, e as relações de “força” que se sobrepõem. Ao pensar as realidades e sociabilidades vividas pelos mesmos, estabeleço como contraponto as relações políticas e sociais que se impõe a questão agrária no Brasil, observando como as relações de poder demarcam o antagonismo a partir do viver no campo e na cidade. O objetivo não é simplesmente estabelecer fronteiras entre o rural e o urbano, mas sim, perceber como essas

relações podem ser diluídas e até que ponto esses espaços se tornam construções sociais. Em especial no tema aqui explorado.

Debate historiográfico em relação ao tema

Ao abordar a questão agrária e fundiária seja em contexto nacional ou mesmo em um contexto mais amplo, destaco a necessidade de apresentar algumas bases teóricas que guiam minhas ponderações em relação aos conceitos de campo, cidade e camponês.

Diversos autores já se propuseram pensar estes conceitos. Dentre eles inicialmente apresento alguns aspectos presentes no trabalho de Karl Kaustsky, o qual apresenta ponderações em relação *A questão agrária*, observando este aspecto em um contexto em que as dinâmicas, acerca da exploração de mão de obra incidia somente na relação proletariado X burguesia, relações essas que não consideravam o aspecto fundiário e agrária. Assim, Kaustsky apresenta o tema em um contexto Europeu de fins do século XIX, tanto sobre a “exploração do campo pela cidade”, como em relação “ao despovoamento do campo”. Deste modo, considera essas relações com algumas especificidades:

O processo de migração para as regiões industriais e para as cidades passa a verificar-se tão logo as vias de comunicação se estabelecem. Passa a desenvolver-se quanto mais fáceis se tornam as vias de acesso à cidade. Esse processo é favorecido igualmente pela informação que o trabalhador rural recebe, no concernente às condições de vida existentes na cidade, bem como pela própria facilidade de acesso à cidade. (KAUTSKY, 1998, p.290).

Não é de hoje, ou um processo recente, as migrações do campo para a cidade, diria que a grande diferença esta nas peculiaridades destas migrações a partir da segunda metade do século XX. Conforme observa Kaustsky se em fins do século XIX no contexto Europeu essas migrações aconteciam pela facilidade de acesso aos centros urbanos, principalmente para regiões industrializadas ou em processo de industrialização, que tinham como potencial incentivo à relação desfavorável entre o camponês e os comerciantes.

Em um contexto recente, essas migrações também são pela falta de assistência ao pequeno agricultor e incentivos para a permanência do jovem no campo. As dinâmicas são um tanto distintas, mas não muito, as migrações observadas no Brasil de fins do século passado – também presentes no Sudoeste do Paraná – remetem a contextos mais amplos e interesses, seja de grupos políticos ligados a grandes proprietários de terra, seja econômico de incentivo ao pequeno agricultor. Esses aspectos são questionados na região estudada, observando como acontecem essas dinâmicas em relação à permanência ou abandono do campo.

Outro autor que permite considerações em relação a essa questão é Eric Hobsbawm, que em: *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*, tece considerações em relação aos camponeses. Em um dos capítulos de seu trabalho apresenta alguns aspectos dos camponeses e a política, destacando com diferentes exemplos a capacidade destes sujeitos de reação política frente às dificuldades de conquista e permanência na terra.

Neste sentido, Hobsbawm destaca que os camponeses na maioria das vezes não são uma classe ouvida e que precisam de força e união se querem ser ouvidos, ao fim do capítulo apresenta alguns aspectos que permitem compreender o que procurou privilegiar no artigo:

[...] o fato fundamental da política camponesa atual é o declínio do campesinato tradicional e, de fato, cada vez mais, o declínio numérico relativo de qualquer espécie de campesinato. [...] uma vez que em muitas partes do mundo a massa de migrantes rumo às cidades consiste de homens e mulheres de origem camponesa tradicional, que trazem para seu novo mundo os modos de agir e de pensar de seu antigo mundo, a história continua a ser uma força política atual. Não seria prudente desprezar esse fato. (HOBSBAWM, 2005, p.237, 238).

É necessário considerar dois aspectos deste trecho apresentado por Hobsbawm, o primeiro deles e mais importante, diz respeito ao “declínio numérico de qualquer espécie de campesinato”, ou seja, o autor percebe o enfraquecimento da relação do homem com a terra, no caso em questão e também em minha pesquisa, do pequeno agricultor ou produtor rural que possuía uma pequena propriedade, e que, dada as condições econômicas e políticas não vê outra saída senão abandonar o campo. O outro aspecto diz respeito a esses mesmos camponeses que deixam o campo rumo aos centros urbanos, mas que segundo Hobsbawm “trazem para seu novo mundo os modos de agir e de pensar de seu antigo mundo”, o que para o autor indica que a mudança campo-cidade não modificaria a forma de o camponês ver e participar da política. (HOBSBAWM, 2005, p.237, 238).

O objetivo aqui não é desprezar a última consideração de Hobsbawm, mas demonstrar como as dinâmicas podem ser diferentes em relação aos camponeses e a política. Como forma de introduzir meu problema em contexto nacional, destaco como alguns autores percebem a questão campo-cidade e o aspecto agrário junto a considerações políticas. Com isso, observo alguns exemplos de disputas pela terra no Brasil em trabalhos que privilegiam este tema.

Exemplo disto são os artigos de Caio Prado Junior do início da década de 60, que foram publicados em forma de livro em 1979 como: *A questão agrária no Brasil*. Um destes artigos – por sinal o primeiro da obra – é do ano de 1960, intitulado: “Contribuição para a

análise da questão agrária no Brasil”, permite paralelos de minha pesquisa com o tema que aborda.

Indico isso ao considerar que Prado Junior escreve no início da década de 60 – quando alguns movimentos de lutas pela terra iniciavam-se no Brasil – momento posterior ao então recente conflito de 1957 no Sudoeste do Paraná. Ao observar como o autor aborda algumas questões do aspecto agrário no Brasil, destaco a enorme disparidade existente entre o número de pequenos estabelecimentos agropecuários 85% com 17% da área ocupada, enquanto apenas 9% de grandes estabelecimentos agrícolas detinham 75% da área ocupada (PRADO JR., 1979, p.16), notasse que, a grande maioria tinha pouca terra enquanto uma pequena minoria detinha grande parte do território nacional. Não que essa realidade tenha se modificado drasticamente, mas insiro aqui o quanto o movimento de 1957 aparece como dissonante desta realidade.

Considero esses números junto a alguns exemplos apresentados pelo autor, em que demonstra como as relações econômicas e de poder refletiam na organização da sociedade e permite conceber o que poderia ser o conflito dos colonos no Sudoeste do Paraná:

O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro – salvo as exceções, relativamente insignificantes dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo –, e que ainda lhe cabe, é tão somente, no essencial, o de fornecedor de mão-de-obra à minoria privilegiada e dirigente desta empreitada que é e sempre foi a agropecuária brasileira. (PRADO JR., 1979, p.25).

Prado Junior destaca “que historicamente sempre coube a massa trabalhadora do campo” a mão de obra de uma minoria privilegiada, a fazendeiros ou grandes proprietários de terra. Ao mesmo tempo destaca que algumas exceções destoam esse processo, que qualifica como “insignificantes”, de colonos no sul do Brasil e no Espírito Santo. Destaco o quanto essas considerações são importantes e interessantes, dado o momento em que Prado Junior escreve – início da década de 60 – assim, um dos seus exemplos poderia ser sim o movimento dos colonos de 1957 no Sudoeste do Paraná.

Porém discordo veementemente sobre a “insignificância” atribuída a estes movimentos, percebo os mesmos por suas peculiaridades e destaco o quanto eles diferem do contexto agrário do Brasil neste período. Além disso, acredito que seja justamente isso que diferencia a luta pela terra no Brasil, formada em movimentos pequenos, por vezes fragmentados, mas que conseguem grande expressão e inúmeros êxitos com o passar das

décadas, dando um forte golpe ao modelo produtivo baseado na grande propriedade e na monocultura que a partir da década de 60 cada vez mais se faria presente.

Outro autor que fundamenta minha argumentação em relação ao assunto é José de Souza Martins, o qual considera a questão da propriedade da terra nas décadas de 70 e 80. Em sua obra; *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, Martins apresenta números em relação à porcentagem de distribuição da propriedade da terra no período de 1972 a 1976 e pondera,

[...] que em nosso país a propriedade da terra é altamente concentrada e que a tendência é concentrar ainda mais: em 1972, apenas 1,5% dos proprietários tinham mais da metade da terra, 51,4%. Quatro anos depois, o número de grandes propriedades havia crescido para 1,7% e a terra que lhes pertencia havia aumentado muito mais, para 55,1%. (MARTINS, 1995, p.142).

Como foi possível observar anteriormente nos números de Caio Prado, a situação na década de 60 para 70 não se modifica em relação à propriedade da terra, pelo contrário, conforme apresenta Martins de 72 para 76 apenas 1,7% dos proprietários detinham 55,1% da terra. Mais da metade das terras cultiváveis do Brasil pertenciam a apenas 1,7% dos proprietários existentes.

Martins recorda que a expropriação da terra, a concentração da propriedade em mãos de poucos tem várias faces:

Para o pequeno agricultor do Sul e do Sudeste, o processo é mais suave, é quase disfarçado. A expulsão não é direta. Ela se dá pela não-criação de condições para que o filho do agricultor se torne agricultor autônomo como o pai. A sua tendência é tornar-se um assalariado na cidade. Para o agricultor, o colono, é cada vez mais difícil ganhar o suficiente para que o filho o siga. (MARTINS, 1995, p.144).

A argumentação de Martins é baseada na concentração da terra, observando como isso ocorre em diferentes regiões do Brasil, no caso em questão, o Sul e Sudeste do Brasil, observo como o processo que qualifica como “suave” realmente acontece. Insiro aqui o Sudoeste do Paraná e relembro que esta região teve como “herança” do conflito de 1957 a pequena propriedade, para esses pequenos agricultores se ofereceram todas as condições para uma agricultura familiar. E é neste ponto que uma das minhas questões se sobrepõe, mas então por que acontece o abandono do campo nessa região?

Porém, essa caracterização também é afetada pelas dinâmicas agrárias de concentração fundiária, apresentadas por Martins. Um dos fatores que teria influenciado esta questão na região estudada seria que as pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que eram muito

grandes para uma agricultura familiar – a maioria das propriedades tinha mais de 30 hectares de terra – também eram muito pequenas para uma agricultura de exportação, baseada na monocultura, modelo que se expandia no Brasil. O que faz aumentar na região o abandono do campo e a concentração fundiária.

Com isso, neste artigo apresento questionamentos a alguns destes aspectos, observando até que ponto essa concentração fundiária modificou o modelo de pequenas propriedades no Sudoeste do Estado do Paraná. Mais do que isso, procuro pensar a diversidade de relações que este espaço geográfico permite, não apenas permanências ou rupturas sociais e econômicas, mas na heterogeneidade de relações que se apresentam.

Sujeitos do processo

Antes de apresentar aqueles que considero sujeitos do processo, saliento alguns aspectos relativos a memória e a história oral. Ao ter como fonte primária a história oral o historiador precisa estar atento ao uso desta metodologia, já que ela implica na utilização do conceito de memória, que é em primazia a matéria prima do pesquisador oral ao trabalhar as trajetórias de vida dos sujeitos privilegiados.

Os teóricos que abordam a memória e sua relação com o social ou como diz Henri Bergson com o “mundo exterior” são inúmeros (BERGSON, 1990), mas em contexto contemporâneo apresento um que se tornou referência constante nos trabalhos que utilizam como fonte a metodologia oral. Sociólogo, Michael Pollak apresenta uma abordagem que possibilita ao pesquisador oral fazer uma aproximação de seu objeto, ao sugerir a análise do que chama de “memórias subterrâneas” as quais afloram em momentos em que a memória entra em disputa.

Pollak procura refletir os aspectos relacionados a memória enquanto enquadramento coletivo:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p.03-15).

Pollak percebe a memória enquanto uma operação coletiva, claramente constitui este raciocínio tendo em mente Maurice Halbwachs, o qual apresenta enquanto referência. Assim,

vista enquanto coletividade procura “reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes”. Ou seja, atua ao mesmo tempo enquanto sentimento de pertencimento a determinado grupo ou comunidade e fronteira social relacionada a diferentes coletividades, notadamente conforme salienta Pollak, podem ser vistas enquanto, “partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc”. A memória ópera neste processo enquanto referência ao passado, não enquanto uma operação de reconstituição, mas como um processo de complementariedade que o indivíduo estabelece no presente por meio deste enquadramento, na interpretação dos acontecimentos.

Procuro pensar esses aspectos da memória enquanto um enquadramento coletivo, que serve como referência aos indivíduos na interpretação do presente, nas memórias dos remanescentes do movimento social de 1957, ao apresentarem sua relação com a terra ou com a propriedade que conquistaram. Saliento os quadros oferecidos a estes sujeitos e como procuram constituir suas memórias com referência ao presente, no momento do depoimento oral.

Alessandro Portelli ao lidar com a memória junto a história oral destaca que, a análise das memórias constituídas no presente, deve levar em conta aspectos relacionados a subjetividade:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. (PORTELLI, 1996, p.08).

O primeiro aspecto que considero importante deste fragmento é em relação à questão da memória não nos apresentar somente experiências comuns. O que Portelli procura salientar com isso, é que, a memória se organiza dentro de um campo de “possibilidades” que podem ser tanto “reais” como “imaginárias”, mas que, a todo o momento elas podem se apresentar em diferentes destinos possíveis. Não podemos prever o que o entrevistado pretende descrever e o que quer privilegiar, dentro de seu variado campo de possibilidades o indivíduo se orienta à sua maneira em relação a elas, não são, experiências comuns, mas sim experiências subjetivas orientadas nas vivências de cada sujeito no presente e junto ao contexto que orienta sua memória no presente. (PORTELLI, 1996, p.08,09).

Realizada esta breve explanação e, considerando estes aspectos como de extrema importância, para o trabalho do historiador ao lidar com as memórias. Apresento na sequência, alguns depoimentos de experiências ligadas ao abandono do campo e o quanto esse processo pode ser pensado em um contexto mais amplo, com referência inicial a região Sudoeste do Paraná e o município de Verê.³

Nas sociabilidades de diferentes sujeitos, procuro explorar de que forma o viver no campo aparece em suas trajetórias de vida. Neste ponto, considero não apenas quem vive neste espaço, mas também, quem abandona esse meio de subsistência e vai à busca de uma “nova vida” no meio urbano, essas dinâmicas aparecem de acordo com a necessidade de cada sujeito, seja pela inviabilidade da continuidade enquanto agricultores, seja por oportunidades de negócios mais lucrativos fora do meio rural.

É neste sentido que pretendo expor algumas experiências, indicando as diferentes dinâmicas que cerciam os sujeitos deste processo e tentando identificar denominadores comuns para essas dinâmicas. As experiências apresentadas são da família de Claudino Dengo. Seu Claudino no momento da entrevista⁴ residia no perímetro urbano do município de Verê, juntamente com sua esposa Fiorina Cagnini Dengo e sua filha caçula Claudinéia Dengo.

Claudino nasceu no dia 11 de agosto de 1932, é natural de Vacaria/RS, local onde sua família vivia como agricultores. O entrevistado migra junto com a família inicialmente para Luxerna/SC que no período ainda pertencia a Joaçaba/SC. Brevemente descreve como sobreviviam da agricultura ainda no Estado de Santa Catarina, com destaque para o cultivo de milho e feijão, basicamente culturas voltadas para uma agricultura de subsistência: “É roçavam e plantavam milho, é feijão dessa maneira assim, depois viemos aqui para o Paraná”. Afirma ainda que a terra não satisfazia as expectativas de cultivo: “Nós tinha uma colônia de terra, não era terra muito própria pra trabalhar, ela era boa assim, mas só que ela produzia meio pouco”. (DENGO, 2011, p.02).

³ O município de Verê se localiza ao centro da região Sudoeste do Paraná. Segundo o Censo do IBGE 2010 sua população é de 7.879 habitantes. Sendo que a população rural se sobressai à urbana, com 4.597 pessoas residindo no meio rural e 3.281 residindo no meio urbano. <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412860&idtema=1&search=parana|vere|censo-demografico-2010:-sinopse->> Acesso em: 17 de agosto de 2015.

⁴ Esta entrevista foi produzida em maio de 2011 como parte do Projeto de extensão intitulado: *Memórias da terra: Modos de viver, lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. No dia da entrevista estavam presentes além dos entrevistados acima citados, o professor Dr. Paulo José Kolling e os acadêmicos do curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Tiago A. Orben e Franciele Pinheiro.

É com esta expectativa de um solo mais fértil para cultivo e também de colônias mais extensas, que a maioria das famílias migra de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul nas décadas de 1940 e 50. As famílias, na maioria dos casos, populosas, necessitavam de colônias maiores, ao mesmo tempo em que uma família mais populosa disponibilizava mais mão de obra para o trabalho diário. Seu Claudino migra com a família para o Paraná exatamente em 1957, ano do levante social, mas ao contrário de muitos que decidem voltar para seus respectivos Estados, em vista ao medo e a insegurança causada pelas companhias, decide ficar e, consegue após o levante a regularização de sua posse.

Sua esposa, Fiorina Cagnini Dengo, também tem experiências relacionadas a migração e a vida no campo nas décadas de 40 e 50. Natural de Cacique Doble/RS que no período pertencia administrativamente a Lagoa Vermelha, Fiorina destaca como viviam no Rio Grande do Sul e como era sua família antes de migrarem para o Paraná:

A minha família era, nós tinha 08 irmãos, e o pai, nós sempre trabalhamos na roça, o pai tinha negócio com marmelo, conhece o marmelo? Então ele tinha uma quarta de terra [1/4] só de marmelo e todos os anos nós tirávamos camionada de marmelo, e daí nós fazia o dinheiro ali e o pai plantava trigo, milho também só pro gasto. (CAGNINI DENGO, 2011, p.04).

Dentre os aspectos que merecem atenção no relato de Fiorina, aponto para o núcleo familiar denso, com a família composta por 08 irmãos. Além disso, é interessante observar que Fiorina apresenta duas relações de trabalho no campo ou na “roça” como ela indica. A primeira delas é a comercial, destaca que seu pai trabalhava com marmelo e que tirava “camionadas” de marmelo para a venda, fazendo algum “dinheiro ali”. A outra relação e a da produção para a subsistência, o plantio de trigo e milho “pro gasto” como a entrevistada afirma, indicando que essa produção era para as necessidades básicas, enquanto que o pouco dinheiro que faziam com o “marmelo” utilizavam para outros fins, talvez vestuário ou produtos alimentícios industrializados como, sal, açúcar, etc.

A família de Fiorina, diferentemente da de Claudino, migra direto do Rio Grande do Sul para o Paraná, um pouco antes do levante de 1957, em 1952. Dentre os motivos que teriam influenciado seu pai a migrar para o Paraná destaca:

Pra assim, pra se enriquecer um pouco por que lá era miséria, era só morro e contavam do Paraná que era terra muito boa, daí o pai veio vê a terra primeiro, então ele comprou, ele pagou pensa de terra, de 17 real [acredito que se refira ao Réis ou Cruzeiro] aquela vez. Um sítio que dava 11 alqueires, era barato aquele tempo. (CAGNINI DENGO, 2011, p.04).

É interessante observar como Fiorina destaca os motivos para seu pai migrar, primeiro basicamente uma condição melhor de vida. Quando a entrevistada diz “enriquecer um pouco”, não esta falando em ser um grande proprietário de terra, mas, pura e simplesmente para tirar-lhes da “miséria”, indicando que o local onde viviam era difícil de trabalhar. Ao mesmo tempo em que o Paraná era visto como um local de “terra muito boa”, no qual, também era fácil de comprar uma pequena propriedade, característica que ela coloca como diferente de hoje, dando a entender que hoje é difícil comprar uma pequena propriedade naquela região.

A família de Fiorina, assim como a de seu esposo Claudino, também vive a apreensão do contato com as companhias em 1957 e conquistam uma pequena propriedade de 11 alqueires com o levante. Tanto a família de seu Claudino, como de dona Fiorina conquistam suas propriedades no movimento social de 1957 e podem continuar suas vivências como agricultoras no Paraná.

Claudino e Fiorina possuem caminhos distintos em suas experiências no campo. Em relação a Claudino após o movimento ele destaca como sua família se organizou e como conseguiram novos terrenos para os demais membros, conforme descreve:

Mas graças a Deus depois, que passou isso ali veio à medição e eles retiraram tudo deles dali, foram embora. Naquela época lá meu pai faleceu e nós tinha terra assim [...] [pensa alguns instantes] daí ficô assim, que ele ia fica com aquele terreno que nós tinha ali no Alto Alegre. Pra mim, nós trabalhemos juntos, tudo junto à família junta. Foi comprado outro terreno, lá na costa do Chopim [rio] e eu casei, eu fui morar lá e tem outro irmão que mora ali em cima, ali na Saúde [referindo-se a uma comunidade do interior de Verê] e também trabalhemos tudo junto e compremos e, foi comprado mais um [...] Assim um pedaço de terra pra ele lá também e ficou três irmão meu por exemplo assim, mais novo. E o falecido pai foi construído uma casa aqui no Verê e, que tava só ele e a mãe e tinha o Dionísio também que tava junto. E nós se colocamos ali e ele quis vim morar no Verê [perímetro urbano], onde que foi construída uma casa pra ele sim, é, ainda ta ali a casinha, eu e o meu cunhado que hoje ele também é falecido fizemos a casa pro falecido pai e a minha mãe, eles vieram mora ali e ficô aquela propriedade no nome dos 3 mais novos, porque o resto nós, eu mesmo ganhei aquele terreno lá no Alto Verê e meu mano lá onde que tá hoje, e daí então se formou. (DENGO, 2011, p.10).

Claudino recorda-se da regularização da propriedade após o levante, ao mesmo tempo, indica que isto possibilitou que seu pai pudesse adquirir novos terrenos, para todos os filhos, inclusive para o próprio entrevistado. Além disto, recorda que naquela época seu pai faleceu, mas que mesmo assim antes de casar-se compraram um terreno para ele na “costa do rio Chopin”, assim, destaca que “casou e foi morar lá”. Da mesma forma que um irmão adquire outro terreno na comunidade de Linha Nossa Senhora da Saúde ou “Saúde”, como o entrevistado caracteriza. Cabe ressaltar a passagem em que destaca: “trabalhemos tudo junto e

compremos, e, foi comprado mais um”, referindo-se que não apenas trabalhavam em família, mas que continuavam comprando novos terrenos, agora para o irmão mais novo de Claudino.

Percebo que o entrevistado tem uma ligação muito forte com a vida no campo, pois seu trabalho e de seus irmãos, sempre foi voltado para a conquista da propriedade, mesmo depois da conquista da propriedade de seu pai, no levante de 1957, precisam continuar trabalhando para estabelecer todos os irmãos no campo.

Além das questões já elencadas acima, também ressalto a construção de uma casa no perímetro urbano do município para que seu pai morasse e que a mesma ficou para seus três irmãos. Isso porque, seu Claudino e um outro irmão já tinham seu pedaço de terra, “eu mesmo ganhei aquele terreno lá no Alto Verê e meu mano lá onde que tá hoje, e daí então se formou”. O “se formou” para Claudino é no sentido de que se estabeleceram, destacando que ele mesmo ganhou o terreno que hoje já não possui mais.

Claudino e Fiorina casam em abril de 1958, menos de 1 ano depois do conflito, inicialmente moraram com a família de seu Claudino, conforme ele mesmo destaca: “Depois do casamento, nós vivemos ainda quase um ano lá junto”. O viver lá junto significa viver na propriedade dos pais de Claudino. Fiorina recorda algumas dificuldades deste período: “Toda aquela casa cheia de moça e rapaz e fica junto nove meses, hoje em dia não para nem um dia junto!”. (CAGNINI DENGO, 2011, p.10). Apesar de o casamento ser logo após a Revolta, precisam morar na casa dos pais de Claudino por pelo menos 09 meses até conseguirem seu próprio terreno, “na costa do Chopim”. (DENGO, 2011, p.10).

Após algum tempo morando nessa primeira localidade, Fiorina e Claudino mudam-se para a propriedade onde constroem sua família. Claudino Descreve esse local de forma muito saudosa:

Mas eu, se, se faz terra pra trabalhar na terra eu não podia saí do pedaço de terra que eu tinha ali! É um aqui que vai por lado de [Francisco] Beltrão ali, tem um armazém ali em cima que é de um tal de Leo Cecon e então passa ali, só que o meu terreno vinha até no asfalto ali, no que passa ali, no que desce tem uma canhada, as esquerdas entrava, que lá tem uma estrada. (DENGO, 2011, p.17).

O entrevistado destaca que nunca deveria sair do local onde morava “se, se faz terra pra trabalhar na terra”. Seu argumento é ao mesmo tempo de lamentação e consciente. De lamentação, porque faz transparecer toda a emoção de quem muito lutou para ter aquele pedaço de terra, ao mesmo tempo em que é consciente, de que não tinha mais condições de trabalhar na terra ou de tirar o sustento daquele local e que precisaria vendê-la. A descrição

que faz de onde o terreno se localiza, faz entender que, quer explicar de forma com que entendêssemos onde fica exatamente o local, para não termos dúvidas do que esta se referindo.

Além destas questões, também é possível perceber que seu Claudino e dona Fiorina somente migram para o meio urbano pela falta de condições, para a continuidade de suas vivências enquanto agricultores. Isso acontece porque na justificativa deles, eles não têm mais condições de se manter no meio rural em razão da idade, ao mesmo tempo em que nenhum dos filhos permaneceu no campo, para que pudesse cuidar deles e manter as atividades agrícolas.

O único filho que permanece com o casal é Claudinéia Dengo, que apesar de apresentar em seus relatos um forte apego com o campo ou o espaço rural, migra para a sede municipal com os pais. Estas questões demonstram como a complexidade das relações no campo, dificultou a continuidade das vivências de Claudino e Fiorina em sua velhice. Os processos ou relações de poder que se sobrepõem a estes sujeitos estão fora de seu controle, a partir do momento em que nenhum dos filhos vê perspectiva em permanecer no meio rural e mesmo a filha, que teria um apego com o rural, não reluta, em vista a comodidade dos pais.

Considerações Finais

Como considerações finais destaco o que a fonte oral permite empreender junto à particularidade do depoimento oral de cada sujeito. Alistair Thomson nos indica isso ao apresentar os desafios desta metodologia no século XXI, ao considerar que os historiadores estão atentos que a entrevista é “uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos” (THOMSON, 2000, p.48). Thomson insere estes problemas para além da relação entre história oral e memória que evidentemente é evocada no depoimento oral, nos faz pensar, como, no caso dos depoimentos aqui apresentados, os sujeitos constroem seu relato a partir de “práticas culturais” ou valores, que são próprios de suas vivências enquanto agricultores. Mesmo seu Claudino e dona Fiorina não residindo mais no campo, suas trajetórias de vida ligadas a este espaço, demarcam inúmeras memórias neste espaço, pois o mesmo faz parte de seus valores e é o que constituiu suas trajetórias.

Por detrás deste processo que conduz a elaboração dos depoimentos e apreensão daqueles valores como referências de suas vivências, estão as relações de poder, que demarcam as relações urbano/rural, o que conseqüentemente infere no abandono do campo.

Marcos Aurélio Saquet considera a região e uma proximidade muito forte entre o rural e o urbano até pelo menos fins da década de 1980. Elabora essa consideração a partir do reconhecimento da base que o levante de 1957 dá para a pequena propriedade (SAQUET, 2013, p.167).

Complementa essas considerações destacando que “há, nesses processos, subordinação e exploração do trabalhador direto, falta de políticas públicas específicas para a agricultura familiar, e concentração fundiária” (SAQUET, 2013, p.172). Saquet identifica a falta de políticas públicas de incentivo as pequenas propriedades, principalmente na década de 90, ao mesmo tempo em que o endividamento de muitos desses pequenos agricultores, nas décadas de 70 e 80 os faz entrar no século XXI em um contexto de enfraquecimento da pequena propriedade e concentração fundiária. Em um momento que as cidades crescem populacionalmente graças a essas dinâmicas.

De maneira geral, procurei neste breve artigo expor algumas considerações acerca do projeto que desenvolvo neste espaço geográfico. Deve se considerar que expus somente o exemplo de dois entrevistados do município de Verê e que o projeto ambiciona um recorte mais amplo. Ao pensar outros casos, indico questionamentos para as vivências nas pequenas propriedades no Sudoeste do Paraná e, o quanto as relações de poder, junto a novos modelos para a agricultura brasileira inferem nesta realidade.

Fontes

Fontes online

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=412860&idtema=1&search=parana|vere|censo-demografico-2010:-sinopse>> Acesso em: 17 de agosto de 2015.

Fontes orais

CAGNINI DENGGO, Fiorina. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por

Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Perímetro urbano. Verê/PR: 20 de maio de 2011, duração: 84 min. 39 segs.

DENGO, Claudino. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Perímetro urbano. Verê/PR: 20 de maio de 2011, duração: 84 min. 39 segs.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá/PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HOBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch, Lódio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Maas – São Paulo: Editora Nova Cultural. 1998.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5º Edição: Editora Vozes, 1995.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo, 3ª Edição: Editora Brasiliense, 1979.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão e WITHACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. 3.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: ALBERTI, Verena. FERNANDES, Tania Maria. FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.